

REFLEXÃO SOBRE O PROCESSO DE ESTÁGIO PEDAGÓGICO DE UM ACADÊMICO COM DEFICIÊNCIA OU TEA ATRAVÉS DA TUTORIA ENTRE PARES

ANA CLAUDIA GODOIS¹;
RITA DE CÁSSIA MOREM COSSIO RODRIGUEZ²

¹Universidade Federal de Pelotas – ana.claudia.godois1@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – rita.cossio@gmail.com

A busca por uma Educação Inclusiva e de qualidade se dá a partir de movimentos sociais, políticos, culturais, ideológicos, pedagógicos, pautada na defesa da Educação como direito de todos, oportunidades iguais de acesso ao saber sem nenhuma forma de discriminação. Desta forma a Educação Especial torna-se uma modalidade transversal de ensino, como consta na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

[...] acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 14)

A Universidade Federal de Pelotas - Ufpel, comprometida com uma educação inclusiva e de qualidade propõe o cumprimento da Lei 13.409, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016, que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. De acordo com o Plano Institucional de Acessibilidade da Ufpel, as vagas pelo sistema de cotas serão preenchidas por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência que terão direito a concorrer tanto às vagas de ampla concorrência (50%) quanto às vagas destinadas para a população prevista pela Lei no. 13.409\2016

[...]Com a alteração na Lei 12.711, proposta pela Lei 13.409\2016, fica determinado que: Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art.1º. desta Lei, serão preenchidas por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (Brasil, 2016, art. 1º).

Não basta garantir o acesso de estudantes com deficiência na universidade, uma vez que, através do sistema de cotas adotado pela Ufpel, o acesso já é garantido, é preciso pensar em estratégias para que este ingressante possa ter uma formação de qualidade, e para isso, é preciso garantir sua permanência com condições adequadas de locomoção, estudo, avaliação, socialização e possibilidades de uma conclusão de curso com êxito. Neste sentido as ações do Governo Federal e das instituições de ensino superior devem buscar constantemente aperfeiçoamento das ações e políticas para garantir a promoção da aprendizagem. Uma das principais ações para o ensino superior é

o **Programa Incluir**, que tem como objetivo a garantia de condições para utilização, com segurança e autonomia total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. No que tange a verba, o mesmo não realiza uma distinção entre as instituições que possuem ações afirmativas e as demais. O repasse é proporcional ao número de alunos gerais da instituição que ainda necessita ser repensado para que as verbas acompanhem a demanda de acessibilidade de cada instituição.

Na Ufpel, esta verba é utilizada para implementação do **Núcleo de Acessibilidade e Inclusão**, para que este realize a mediação entre o ensino, aprendizagem e permanência dos estudantes com deficiência, através do Atendimento Educacional Especializado, trabalho de tutorias em pares e a promoção de uma acessibilidade arquitetônica, captação de recursos para a criação de materiais de tecnologia assistiva e demais ações de conscientização quanto a inclusão no espaço universitário e comunidade em geral.

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Ufpel, surge a partir deste programa e existe oficialmente desde 15/08/2008. Atualmente, o Núcleo recebe e atende demandas do corpo docente, discente e técnico-administrativo da Universidade. Algumas de suas principais ações são: aquisição de equipamentos de tecnologia assistiva; acompanhamento de processos administrativos para atendimento de alunos e servidores com deficiência; Oferecimento dos serviços de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais; Projeto de Ensino de Tutoria para Alunos com Necessidades Educativas Especiais; participação e promoção de eventos e projetos sobre acessibilidade e inclusão para a comunidade interna e externa da UFPEL; Acompanhamento e orientação aos Docentes que estão ministrando disciplinas para alunos com deficiência ou TEA; Apoio a projetos de Extensão e Pesquisa que promovam a acessibilidade; capacitação para TAE's lotados no NAI, visando o desenvolvimento de um trabalho sensível à realidade da pessoa com deficiência. Atualmente o NAI conta, em média, com 100 estudantes em atendimento, destes, 21 recebem tutoria.

Entre as principais iniciativas do núcleo para a garantia da permanência dos acadêmicos com deficiência na universidade citamos o **Programa de Tutoria para Alunos com Necessidades Educativas Especiais**, projeto de ensino criado pelo NAI para atender as necessidades educacionais específicas de acesso ao conhecimento do aluno na Universidade, através de tutorias orientadas e supervisionadas com concessão de bolsas para os alunos tutores. A seleção de tutores é realizada a partir de um processo seletivo que garante uma bolsa de ensino para bolsistas\tutores.

Durante o processo de ingresso dos tutores, é realizada uma formação de tutoria com as educadoras especializadas do NAI, onde as mesmas expõem as principais funções de uma tutoria pedagógica e sistemática entre pares, para fins de auxiliar pedagogicamente os estudantes com necessidades educativas especiais vinculadas ao NAI. Dentre essas funções estão: a produção de um planejamento para os encontros; a mediação entre o estudante com deficiência ou TEA e a coordenação do curso e os demais docentes; adaptação de materiais didáticos; digitalização de materiais, em casos em que o acadêmico possua uma deficiência visual ou motora, assim como a leitura e transcrição de provas; exercícios complementares, dicas de leitura; resolução de exercícios; estudos e revisões para provas; práticas e laboratório; auxílio na leitura e escrita; troca de diálogos motivacionais, buscando passar segurança e ânimo para o tutorado; auxílio no deslocamento do acadêmico, quando necessário e a colaboração nos estágios, escrita de tcc e memoriais.

Dito isso, esse trabalho tem como objetivo relatar minha experiência enquanto tutora do NAI UFPEL de uma acadêmica com TA durante seu estágio pedagógico durante o primeiro e segundo semestre de 2017.

2. METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado através de tutoria presencial, entre pares, onde auxiliei na elaboração dos planos de aula e na execução das aulas de estágio da tutorada durante o período de 2 meses. Com o objetivo de situar os bolsistas ingressantes no NAI para exercerem tutoria de alunos com deficiência e TEA, foi realizado no 1º semestre de 2017 uma formação de tutores, promovida pelo NAI UFPEL. Com as educadoras especializadas do núcleo, foram debatidas as funções de cada tutor de acordo com as necessidades educativas especiais do acadêmico ao qual seria designado. Participaram dessa formação em média 17 tutores de variados cursos. Como um dos objetivos do Projeto de tutoria acadêmica entre pares é de que o tutor e o tutorado sejam do mesmo curso, na formação de tutores fui designada a uma acadêmica com TEA que, assim como eu, estava cursando a disciplina de estágio supervisionado no ensino médio. Uma das minhas funções seria auxiliar na elaboração dos planos de aula e na execução das aulas da tutorada.

Apreendi na formação que, de acordo com as necessidades educativas especiais de um estudante com Asperger, deve-se ter uma maior atenção em relação a sua organização quando passa a ser um estagiário, um futuro docente; e a mediação entre equipe escolar, estudantes e o estagiário. Como parte de minha função enquanto tutora, entrei em contato com a escola em que faríamos o estágio, expliquei nossa situação para o coordenador pedagógico, que nos designou uma turma de 2º ano do curso de magistério - o que nos foi muito proveitoso, uma vez que a turma era composta por futuros professores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer dos dois meses de regência em sala de aula, realizei a mediação nos momentos de interação entre as partes administrativas da escola, a estagiária e a execução das aulas, e em conjunto elaborávamos nossos planos de aula. As mediações eram feitas através de um diálogo prévio, sem presença da tutorada, onde preparava a turma para que a aula fosse o mais tranqüila possível, para não desorganizar a tutorada, e que a mesma pudesse colocar seu plano de aula em prática. Já em assuntos administrativos, como o preenchimento de folha de chamada, notas, conselho de classe e reuniões pedagógicas, eu estava sempre presente para fazermos esse diálogo e preenchimento administrativo em parceria, sempre procurando proporcionar à acadêmica uma maior autonomia possível.

Nesse percurso encontramos, obviamente, alguns obstáculos que infelizmente são freqüentes na vida de uma pessoa que está à margem da sociedade devido a algum marcador social, como o caso das pessoas com deficiência. A fase do estágio pedagógico é um processo difícil para os alunos porque se trata da primeira experiência, o primeiro contato ou simulacro da vida profissional. Mesmo tendo a responsabilidade de tutorada - e também por causa disso, antes da realização do estágio fiquei insegura, ansiosa e tive alguns receios como: como seria a receptividade da turma e dos professores em relação à mim e à tutorada; se caso a tutorada sofresse algum preconceito, prejudicaria a sua desenvoltura, etc. Uma coisa que não me causava receio nenhum era em relação ao domínio que a tutorada tinha sobre os conteúdos que seriam trabalhados nas aulas. Nos nossos encontros de tutorias a estagiária relatava seus anseios, ansiedade e insegurança sobre estar à frente de uma sala de aula; então como tutora procurava trabalhar sua

confiança e autoestima. Ainda assim, nos deparamos com problemas como: o receio que a escola apresentou em recebê-la como estagiária e o pouco número de aulas designadas para nós, devido as dúvidas iniciais manifestadas pelo professor titular em relação ao sucesso ou não do processo de estágio, mas que posteriormente, ao ver nosso desempenho, o número de aulas que poderíamos lecionar foi ampliado. Esses problemas felizmente foram superados graças à receptividade da turma em relação à aluna tutorada, que pode desenvolver suas aulas superando seus medos.

Concluimos o período de estágio com êxito, através da entrega de um relatório de observação do cotidiano escolar e um memorial de regência, onde fiz o relato da minha experiência enquanto tutora e estagiária, e a tutorada fez sua escrita relatando sua experiência enquanto estagiária e futura professora. Obtivemos uma série de experiências positivas, tanto no âmbito acadêmico quanto social.

4. CONCLUSÕES

Acredito ser de extrema importância a reflexão em relação ao processo de estágio pedagógico de um acadêmico com deficiência, neste relato, com TEA. Buscar métodos para que esta etapa da formação de um docente, seja o mais produtivo possível e que possa garantir a autonomia desse acadêmico em processo de estágio. Uma vez que, com o sistema de cotas implementado na UFPel, há um aumento no número de estudantes matriculados nos cursos de licenciatura, é preciso pensar não só no direito ao Ingresso na universidade, mas também na sua permanência e sucesso no seu processo de formação. Ao meu ver, a tutoria é uma das ferramentas indispensáveis para se alcançar um conhecimento democrático e uma universidade de encontros e inclusão.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PAVÃO, Silvia; SILUK, Ana; FIORIN, Bruna; BREITENBACH, Fabiane. **A aprendizagem e acessibilidade: Travessias do aprender na universidade**. Santa Maria, PE.com, 2015.

DOCUMENTOS:

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Programa Incluir. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/eLLxVy>

Plano Institucional de Acessibilidade - Ufpel 2016 - 2020

Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília: Senado Federal, UNESCO, 2001

Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília: Senado Federal, UNESCO, 2014

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: 2008
Disponível em: <https://goo.gl/6oSWkW>